

Ⓐ Animação Bíblica da Pastoral no Brasil: história, desafios e perspectivas a partir do chamado à sinodalidade

Biblical Animation of Pastoral Ministry in Brazil: History, Challenges, and Perspectives in Light of the Call to Synodality

Ⓘ Mariana Aparecida Venâncio¹

Recebido em 19/01/2026

Aceito em: 08/04/2026

RESUMO

O presente artigo faz uma revisão dos principais marcos da Animação Bíblica da Pastoral (ABP) no Brasil, desde o Concílio Vaticano II, até o movimento ao redor da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho (2007) e do Sínodo da Palavra de Deus (2008). O breve histórico subsidia a identificação dos entraves e desafios que impediram o alcance das finalidades de uma verdadeira Animação Bíblica da Pastoral. A partir da análise desse quadro, a autora propõe perspectivas para desenvolver a ABP, sobretudo, com o apoio da conversão pastoral que o chamado do Sínodo sobre a sinodalidade pressupõe. As discussões apresentadas tornarão possível perceber que o caminho da ABP deverá mesclar-se ao caminho da sinodalidade, privilegiando a consciência de que ambas dependem da conversão pessoal e missionária que irradia para o ser Igreja, muito mais do que da multiplicação de eventos e atividades.

Palavras-chave: Animação Bíblica da Pastoral, Bíblia, sinodalidade, Jesus Cristo.

ABSTRACT

This article offers a review of the principal milestones in the development of the Biblical Animation of Pastoral Ministry (BAPM) in Brazil, from the Second Vatican Council to the ecclesial processes surrounding the Fifth Conference of the Latin American and Caribbean Episcopate (2007) and the Synod on the Word of God (2008). This historical overview provides the foundation for identifying the obstacles and challenges that have hindered the full realization of the aims of an authentic Biblical Animation of Pastoral Ministry. On the basis of an analysis of this situation, the article proposes perspectives for the further development of BAPM, especially in light of the pastoral conversion presupposed by the Synod's call to synodality. The discussion makes it possible to perceive that the path of BAPM must be intrinsically intertwined with the path of synodality, insofar as both depend primarily on a personal

¹ Doutora em Letras: Estudos Literários pela UFJF e Mestra em Letras (Literatura Brasileira) pela UniAcademia. Doutoranda em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: marianaavenancio@gmail.com.

and missionary conversion that permeates the very being of the Church, rather than on the mere multiplication of pastoral events and activities.

Keywords: Biblical Animation of Pastoral Ministry; Bible; synodality; Jesus Christ.

1 Introdução

A Animação Bíblica da Pastoral é a expressão da centralidade da Palavra de Deus que irradia da vida pessoal para a experiência comunitária. Trata-se de uma espiritualidade fundamentada na Sagrada Escritura – lida em unidade com a Palavra revelada na Tradição e em conformidade com a interpretação do Magistério – que perpassa toda a atividade pastoral e toda a evangelização, não só em princípios organizacionais, em planos pastorais ou em diretrizes de evangelização, mas atingindo naturalmente o modo da Igreja ser e agir através da experiência pessoal do encontro com Cristo na Palavra feito por cada cristão batizado. A Animação Bíblica da Pastoral é incentivada e pode até ser alcançada com o auxílio de diferentes iniciativas que tenham por objetivo promover a centralidade da Palavra, mas não pode ser confundida com uma série de eventos, promoções e atividades. Ela é, antes, uma consciência, uma espiritualidade, uma forma de viver e alimentar a fé que sustenta diariamente a vida cristã em comunidade e emerge em suas decisões e em seus discernimentos pastorais.

O Documento 111, última orientação oficial da Igreja no Brasil acerca do tema, utiliza a comparação com a fonte para expressar qual deve ser o lugar da Sagrada Escritura na ação evangelizadora da Igreja:

A imagem da Escritura como fonte da evangelização é de grande força evocativa. Se faltar a fonte, a água não jorra; a vida desfalece. Sem água a harmonia da criação se rompe. A gratuidade e a reciprocidade entre os diferentes elementos da natureza cessam. Enfim, a vida não floresce e a morte se impõe. Algo assim se pode dizer da Palavra [...]. Sem a Palavra bíblica, facilmente se esgota o diálogo com Deus; sem a leitura da Palavra, não é possível o encanto por Jesus Cristo e o encontro com Ele (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2022, n. 21).

Em outro lugar, o Documento compara a seiva em uma planta à vitalidade que o encontro pessoal com Jesus proporciona à vida pessoal e comunitária (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2022, n. 32). Com isso, expressa-se a ideia de que a Animação Bíblica da Pastoral constitui o esforço de renovar as estruturas eclesiais e a ação evangelizadora da Igreja a partir do ânimo e da força que somente o encontro pessoal com Jesus Cristo pode proporcionar. Trata-se de permear tudo o que a Igreja já faz com um novo espírito a partir da Palavra, para que seus frutos sejam mais abundantes na direção da missão do anúncio de Jesus Cristo. Sem dúvidas, a ação da Igreja torna-se assertiva e coerente com o fundamento de sua missão quanto mais se configura a um ecoar da experiência de encontro com o Mestre, e isso não se fará senão por meio de seus discípulos, de ontem e de hoje. Na Palavra de Deus registrada na Escritura encontra-se um lugar privilegiado para alimentar cotidianamente esse encontro e evitar que a experiência de fé enverede pelos riscos da autorreferencialidade e do subjetivismo.

A Igreja, em seu modo de ser e atuar na contemporaneidade, é afetada de diferentes formas pelos novos paradigmas antropológicos que regem a vida individual e, sobretudo, a vida em sociedade. Nesse sentido, a autorreferencialidade e o individualismo têm gerado formas personalistas de viver a fé, que estão centradas em referências arbitrariamente definidas pelas preferências pessoais ou de grupos eclesiais, distanciando-se, muitas vezes e de muitos modos, do depósito único da Revelação formado pela

unidade da Escritura e da Tradição. Esse descentramento da Palavra implica a perda da centralidade de Cristo, o que ameaça a adequada orientação para o exercício da missão da Igreja. Afinal, uma Igreja que não está centrada no Evangelho, não cumpre o mandato de Cristo. Sendo a Palavra de Deus sempre tão antiga e tão nova, distanciar-se dela faz com que o discurso da Igreja se torne obsoleto e alheio às indagações do ser humano contemporâneo, privando-a da capacidade de interlocução com a pessoa de hoje e impedindo que ela faça a proposição do Evangelho, sua razão de ser – ainda que, em alguns casos, isso possa se disfarçar de fidelidade à Tradição e aos costumes que durante séculos sustentaram a missão da Igreja. O empenho por uma Animação Bíblica da Pastoral parte da percepção dos efeitos da perda desse lugar central da Palavra de Deus na ação pastoral e constitui, portanto, um esforço por conversão pastoral.

Maria Aparecida Barboza (2012) produziu um artigo a respeito da história da Animação Bíblica da Pastoral no Brasil. Por esse motivo, o presente artigo não repetirá esse apanhado histórico, mas apenas recuperará alguns marcos importantes para compreender a tarefa da Animação Bíblica da Pastoral na atualidade. O principal enfoque estará em uma discussão do cenário presente, a partir da experiência da autora com a realidade brasileira em seus mais diferentes contextos, com suas características marcantes e suas tensões. Por fim, algumas perspectivas para o desenvolvimento da Animação Bíblica da Pastoral em aliança com a recepção do Sínodo sobre a Sinodalidade (2021-2024) serão indicadas. Este artigo parte do pressuposto que a Animação Bíblica da Pastoral e a disposição à sinodalidade não são movimentos distintos ou paralelos, mas expressões complementares de um mesmo movimento de conversão pastoral na direção de uma maior centralidade de Jesus Cristo, por meio da escuta comprometida da Palavra – que se comunica na Escritura, mas também ecoa na comunidade dos fiéis batizados e em suas experiências. Nesse sentido, uma visão de pastoral de conjunto será sempre um contributo significativo, tanto na recuperação de um modelo eclesial sinodal, como na busca por uma espiritualidade bíblica que não seja responsabilidade de alguns poucos, mas de toda a comunidade cristã.

2 Animação Bíblica da Pastoral no Brasil: entre a reflexão teológica e a experiência

São dois os principais marcos da reflexão magisterial a respeito do lugar da Palavra de Deus na Igreja que incidiram sobre a prática da animação bíblica no Brasil e contribuíram na construção do que hoje reconhecemos como Animação Bíblica da Pastoral. O primeiro desses marcos é a recepção do Concílio Vaticano II, em especial de sua teologia a respeito da Revelação e da transmissão da fé, registrada na Constituição Dogmática *Dei Verbum* (1965). O segundo deles é o impulso oferecido pela V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, realizada em Aparecida (2007), que deve ser compreendido, no que diz respeito à ABP, como parte de um movimento que envolveu também o Sínodo sobre a Palavra de Deus (2008) e, portanto, a Exortação Apostólica *Verbum Domini* (2010). Nesta seção, nosso objetivo é analisar os impactos que ambos os marcos ofereceram – e ainda oferecem – ao trabalho de difusão da Palavra de Deus no Brasil e os principais fundamentos que oferecem à reflexão pastoral nesse campo, evidenciando que o que concebemos a respeito da Animação Bíblica da Pastoral hoje está fundado nesses dois marcos da reflexão teológica.

2.1 A recepção do Concílio Vaticano II e o movimento de popularização da Escritura

Não obstante nosso reconhecimento do aspecto singular da *Dei Verbum* para a reflexão e a práxis pastoral, é preciso admitir que os esforços em nome da centralidade da Palavra de Deus no Brasil são anteriores ao Concílio Vaticano II. Já na década de 1940, provavelmente como um impulso da publicação da Carta Encíclica *Divino Afflante Spiritu* (1943), foi realizada no Brasil a Primeira Semana Bíblica Brasileira (1947) (Barboza, 2012, p. 189). Ela foi fruto de um movimento bíblico já efervescente e teve como resultado uma série de compromissos que incentivaram, por exemplo, uma mais intensa produção científica a respeito da Bíblia a partir de nosso contexto brasileiro e também a realização de Semanas Bíblicas Populares, com o intuito de difundir o conhecimento da Bíblia e a familiaridade com seus textos entre todo o povo. Como fruto da Primeira Semana Bíblica Brasileira, houve a celebração da Semana Bíblica Popular e do Dia da Bíblia pela primeira vez, em Natal (RN), ainda no ano de 1947, o que se tornaria um germe para o posterior surgimento do Mês da Bíblia e para a prática de semanas bíblicas em comunidades, paróquias e (arqui)dioceses. O movimento bíblico tinha intensa atuação no território brasileiro e já promovia a difusão da Palavra de Deus, especialmente dos Evangelhos, impulsionado de maneira especial pela Conferência do Episcopado Latino-Americano realizada em 1955, no Rio de Janeiro (Batista; Silvano, 2021, p. 30). Batista e Silvano destacam que, nessa época, o movimento bíblico tinha um caráter apologético, de defesa do catolicismo contra o protestantismo (Batista; Silvano, 2021, p. 30). Dessa forma, as proposições do Concílio a respeito da difusão da Palavra de Deus entre todo o povo de Deus não foram recebidas no Brasil como uma absoluta novidade, mas como um renovado impulso a uma prática que já vinha sendo promovida e que já ocupava um lugar muito central na evangelização.

Se buscamos investigar os principais fundamentos para a Animação Bíblica da Pastoral na Constituição Dogmática *Dei Verbum* (1965), devemos começar, sem dúvidas, pela sua exortação de que todos os fiéis cultivassem a proximidade com a Palavra de Deus, por meio de uma leitura diária que seja acompanhada da oração (DV 25). Podemos sintetizar a principal contribuição do Concílio, no que se refere à Palavra de Deus, no desejo de que todos os fiéis “debruce-se, pois, gostosamente sobre o texto sagrado, quer através da sagrada Liturgia, rica de palavras divinas, quer pela leitura espiritual, quer por outros meios” (DV 25), orientando que essa leitura seja sempre aliada à oração. O Concílio reconhece também a necessidade de que traduções favoreçam esse conhecimento e proximidade (DV 22). De fato, o caminho da Animação Bíblica da Pastoral no Brasil desenvolveu um especial esforço de popularização da Escritura e promoção do seu conhecimento não só entre os clérigos, cujo estudo e preparação para o exercício do que é próprio de seu ministério já convidava à aproximação com o texto bíblico, como também entre os fiéis leigos e leigas, para quem o desconhecimento podia gerar, em muitos contextos, insegurança e dependência para a leitura e a compreensão da Escritura.

A *Dei Verbum* trouxe outras contribuições inestimáveis para a exegese bíblica ou para a Teologia como um todo, que diretamente incidem nos processos que promovem a Animação Bíblica da Pastoral, como, por exemplo: (1) o caráter definitivo da Revelação divina em Cristo, que é o Verbo encarnado (DV 4); (2) a consciência de que o texto da Bíblia é um texto inspirado e que revela a verdade (DV 11), devendo, portanto, ser lido em atitude de abertura ao Espírito Santo; (3) o fato de que a Escritura constitui com a Tradição da Igreja um único depósito da Revelação, interpretado autenticamente pelo Magistério da Igreja (DV 10); (4) a unidade de ambos os Testamentos (DV 16) e a centralidade dos Evangelhos (DV 18) como consciências fundamentais para uma

compreensão integral da Escritura e, ainda, (5) a veneração devida às Escrituras e sua especial expressão na vida litúrgica da Igreja (DV 21).

A proposição conciliar de uma maior difusão da Palavra de Deus fortaleceu no Brasil a busca por trazer a Bíblia à mão das pessoas, especialmente na significativa experiência dos Círculos Bíblicos. Fortes na segunda metade do séc. XX em quase todo o território nacional, os Círculos Bíblicos estimularam o princípio da interação entre fé e vida na leitura da Escritura, favorecendo que grande parte do povo de Deus, nas diversas comunidades espalhadas pelo Brasil, adquirissem um maior conhecimento dos livros da Bíblia e, por conseguinte, maior segurança na leitura pessoal e comunitária da Palavra. Não se pode negar o quanto o princípio de interação entre fé e vida fortaleceu a experiência do discipulado missionário, fazendo com que as pessoas se tornassem capazes de interpretar toda a vida à luz da Palavra. Decerto, essa experiência aproximou muitas pessoas não só do texto, como também cultivou uma espiritualidade amadurecida e cristocêntrica, formando comunidades a partir do encontro interpessoal iluminado pela Palavra e proporcionando o encontro com Jesus Cristo nesse *locus* especial do Livro Sagrado. A prática dos Círculos Bíblicos foi responsável pelo despertar vocacional para um grande número de pessoas que, a partir de então, descobriram-se chamadas ao ministério ordenado, à vida consagrada ou até se engajaram em trabalhos pastorais em suas comunidades. Por outro lado, as experiências de leitura comunitária da Palavra sustentaram a vida de fé em muitas comunidades que, dadas as distâncias e as condições geográficas de difícil acesso ou mesmo a escassez de ministros ordenados, não podiam amparar-se exclusivamente na celebração eucarística dominical.

Também na época pós conciliar surgiu a experiência da celebração do Mês da Bíblia, inicialmente articulado com o auxílio das irmãs Paulinas, na Arquidiocese de Belo Horizonte (MG), a partir do ano 1971. Grande contribuição nessa seara prestaram os folhetos de leitura popular da Bíblia, elaborados pelo Frei Carlos Mesters, OFM. Diversas dioceses em todo o Brasil rapidamente aderiram à prática de dedicar um mês à Bíblia e essa prática contribuiu para consolidar o lugar da formação popular a respeito da Escritura em muitos lugares. Pode-se dizer que, atualmente, um dos temas a respeito dos quais mais se oferecem momentos formativos e escolas de formação é a Bíblia e a prática de dedicar a ela um mês teve uma grande contribuição na consolidação desse compromisso com a formação. Não se pode deixar de observar que também os Círculos Bíblicos – que em alguns lugares também são denominados por outras expressões, como Grupos de Família ou Grupos de reflexão – recebeu novo impulso com o Mês da Bíblia, constituindo o lugar do anúncio e da oração com a Palavra, para além da formação.

Ainda como um fruto do Concílio, é preciso reconhecer a centralidade da Palavra de Deus na Catequese. A partir do impulso a uma renovação das práticas catequéticas que ofereceu o Concílio, especialmente no decreto *Ad Gentes* (1965) e na Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* (1963), a Igreja no Brasil se dedicou a uma verdadeira revisão de práticas e métodos, trazendo como um de seus compromissos mais centrais garantir o protagonismo da Escritura nos processos de transmissão da fé. O Documento 26 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), intitulado Catequese Renovada (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1983), faz parte do processo de recepção do Concílio na prática pastoral da Igreja no Brasil e expressa essa continuidade de forma muito clara, ao elencar, por exemplo, a Revelação como princípio fundamental para a renovação da Catequese. Nesse sentido, o documento afirma que “a Catequese faz parte do ministério da Palavra. Ela é, por isso, um aspecto ou ‘momento’ da evangelização” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1983, n. 72). Adiante, pondera ainda que “o uso dos manuais não deve substituir a leitura da Bíblia, livro de Catequese por excelência, mas orientar para ela” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1983, n. 154) e completa afirmando que “os manuais catequéticos, além de

apresentar os textos bíblicos selecionados, devem conter instruções sobre o uso deles, bem como elementos de introdução à leitura da Bíblia e de formação e coordenadores de círculos bíblicos” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1983, n. 155). Desse modo, o documento Catequese Renovada consolidou o lugar central da Bíblia na Catequese e fez desse momento de evangelização uma das principais formas de difusão da Palavra de Deus entre os batizados e as batizadas, no Brasil. Desde a publicação do Documento, é possível perceber o fortalecimento crescente desse compromisso com a Palavra por parte dos catequistas em todo o país, que, em virtude disso, passaram a figurar entre os maiores colaboradores da difusão da Palavra de Deus entre os batizados e as batizadas.

Não se pode deixar de mencionar que a recepção do Concílio Vaticano II também trouxe consigo a valorização da Palavra de Deus na celebração litúrgica. Ao convidar à participação ativa (SC 11), o Concílio também evidenciava a necessidade de uma escuta atenta por parte dos fiéis, acompanhada de uma comprometida explanação por parte dos pastores que pudesse promover a adequada atualização da Palavra na vida concreta, com vistas ao seu testemunho e anúncio eloquentes. Assim, o Concílio orientou a variada e abundante presença da Palavra nas celebrações, bem como homilias verdadeiramente fundadas sobre a Palavra (SC 35). Na seara da reforma dos ritos, dispôs especificamente:

Prepare-se para os fiéis, com maior abundância, a mesa da Palavra de Deus: abram-se mais largamente os tesouros da Bíblia, de modo que, dentro de um período de tempo estabelecido, sejam lidas ao povo as partes mais importantes da Sagrada Escritura (SC 51).

Além disso, o Concílio reafirmou a unidade entre a mesa da Palavra e a mesa Eucarística, orientando que os fiéis participassem da missa inteira, evitando aquele equívoco comum de que a Palavra apenas prepara para o sacrifício eucarístico, visto como único ponto alto da liturgia. A afirmação da *Sacrosanctum Concilium*, em matéria litúrgica, é consonante com a afirmação que faz a *Dei Verbum* a partir de uma leitura histórica da forma como a Igreja considerou sempre central o lugar da Palavra:

A Igreja venerou sempre as divinas Escrituras como venera o próprio Corpo do Senhor, não deixando jamais, sobretudo na sagrada Liturgia, de tomar e distribuir aos fiéis o pão da vida, quer da mesa da palavra de Deus quer da do Corpo de Cristo (DV 21).

Outra disposição do Concílio que marcou propriamente a realidade brasileira foi a orientação de celebrar a Palavra de Deus “nas vigílias das festas mais solenes, em alguns dias feriais do Advento e da Quaresma e nos domingos e dias de festa” (SC 35), presididas por diácono ou outra pessoa delegada pelo bispo, onde não houvesse a suficiente presença de presbíteros. No Brasil, a Celebração da Palavra de Deus, presidida por diáconos ou ministros leigos e leigas, com destaque para a vida consagrada, passou a sustentar a missão, a constituição de pequenas comunidades eclesiais e a vida de fé de grande parcela do povo de Deus nas mais diversas Igrejas Locais desde então. Até hoje é possível ouvir, pelo Brasil, histórias de comunidades que se mantiveram vivas pelo ministério de cristãos leigos e leigas que não deixaram de celebrar a Palavra de Deus, apesar das distâncias que dificultavam a presença constante dos ministros ordenados.

Dessa forma, a recepção do Concílio Vaticano II trouxe à realidade brasileira uma renovação do destaque para o movimento bíblico, constituindo a chamada pastoral bíblica, que consolidou um compromisso com a formação bíblica destinada não só aos que são formados nas diferentes faculdades e institutos teológicos, como também aos que estão envolvidos na atividade pastoral da Igreja, a começar por catequistas e

animadores ou integrantes dos círculos bíblicos e grupos de reflexão. Essa formação não era concebida apenas no âmbito intelectual e acadêmico, mas acontecia de maneira especial no ambiente litúrgico das celebrações comunitárias, nas atividades populares e missionárias dos Círculos Bíblicos e nos processos catequéticos de Iniciação Cristã e transmissão da fé.

É claro que, em meio a todo esse movimento de (re)valorização da Escritura, permaneceu viva e atuante aquela expressão de centralidade da Palavra que, desde as primeiras comunidades do Cristianismo, constituía uma primeira e principal forma de anúncio: o testemunho concreto de observância e seguimento da Palavra, expresso na vida comunitária, no testemunho de caridade e na vivência autêntica do amor como serviço, a exemplo de Jesus. Não se pode deixar de reconhecer que essa forma de anúncio da Palavra é uma expressão genuína do que reconhecemos como Animação Bíblica, ou seja, o viver segundo a Palavra, em atitudes renovadas e concretas. Sua importância é ainda reforçada pela eclesiologia de comunhão expressa na *Lumen Gentium*, que renova a compreensão da responsabilidade de todos os cristãos batizados sobre a missão de anunciar a Palavra, superando uma visão pré-conciliar de que somente o clero era responsável por determinados âmbitos da missão, dentre os quais o conhecimento e o anúncio da Escritura. Nessa renovada eclesiologia, cada pessoa deve exercer sua vocação específica no anúncio da Palavra, participando ativamente dessa missão comum derivada do Batismo e, portanto, partilhada por todos aqueles que, em virtude desse sacramento, são incorporados à Igreja (LG 10).

2.2 A Conferência de Aparecida (2007) e o Sínodo sobre a Palavra de Deus (2008)

Uma nova fase na reflexão a respeito da Animação Bíblica da Pastoral no Brasil foi inaugurada com a V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, que aconteceu em Aparecida, no ano de 2007. Sua recepção, no contexto brasileiro, se deu concomitantemente à recepção do Sínodo sobre a Palavra de Deus, de modo que as contribuições de ambos os eventos à Animação Bíblica da Pastoral combinaram-se em um processo único.

Sob o impulso do Concílio Vaticano II, a Pastoral Bíblica cresceu e tomou força na segunda metade do séc. XX, sobretudo oferecendo as formações a respeito da Bíblia e articulando-se ao redor da experiência dos Círculos Bíblicos. No entanto, o advento do séc. XXI exigia que a Igreja na América Latina repensasse sua atuação diante dos novos desafios e encontrasse, com renovada criatividade, novas formas de superar uma consciência de conservação, em nome do exercício da missão em uma realidade cada vez mais marcada pela urbanização e pelas novas exigências do ser humano da época.

Reunidos em Assembleia, os bispos da América Latina e Caribe formaram o consenso ao redor de algumas necessidades para a evangelização em nossa realidade, dentre as quais promover o encontro autêntico e pessoal com Jesus Cristo como ponto de partida e fonte para a missão. A finalidade dessa promoção foi que cada cristão batizado pudesse desenvolver uma espiritualidade de discípulo missionário para a superação de uma pastoral de conservação, em nome de uma pastoral missionária. Nesse sentido, a centralidade da Palavra de Deus tornava-se ainda mais relevante, mas não compreendida como responsabilidade de alguns poucos. Mostrava-se necessário encontrar formas de promover ainda mais o acesso à Palavra, não só em uma perspectiva formativa, mas de maneira a realmente subsidiar a experiência transformadora do encontro com Jesus e a conseqüente abertura pessoal à conversão, sem as quais a conversão pastoral não poderia ser alcançada. Nesse sentido, o documento de Aparecida afirma:

Faz-se, pois, necessário propor aos fiéis a Palavra de Deus como dom do Pai para o encontro com Jesus Cristo vivo, caminho de ‘autêntica conversão e de renovada comunhão e solidariedade’. Essa proposta será mediação de encontro com o Senhor se for apresentada a Palavra revelada, contida na Escritura, como fonte de evangelização. Os discípulos de Jesus desejam alimentar-se com o Pão da Palavra: querem chegar à interpretação adequada dos textos bíblicos, empregá-los como mediação de diálogo com Jesus Cristo, e a que sejam alma da própria evangelização e do anúncio de Jesus a todos (DAp 248).

Assim é possível entender a renovação da presença da Palavra na Igreja que propõe o Documento de Aparecida. No pós-Concílio, o acesso à Escritura havia sido assegurado, de modo que, no início do séc. XXI, o acesso e o conhecimento básico da Escritura não eram mais um problema – nem que fosse esse conhecimento restrito àquelas páginas dos Evangelhos mais frequentemente proclamadas na Liturgia. Iniciativas formativas eram já oferecidas, seja por meio de subsídios populares publicados, seja por meio de escolas de teologia para leigos, escolas bíblicas ou formações direcionadas a diferentes sujeitos da ação pastoral. No entanto, a sede do encontro com Jesus Cristo permanecia. Continuava existindo uma busca profunda por encontrar-se com o Mestre, não obstante as pessoas pudessem já mergulhar na Palavra; havia necessidade de uma pastoral mais capaz de apresentar Jesus ao mundo, embora ela já realizasse uma série de atividades que anunciavam a Escritura.

É necessário reconhecer que nisso há uma ambiguidade um tanto estranha. Por que a Palavra era tão conhecida e tão disponível, mas o encontro com Jesus ainda não era uma experiência igualmente difundida e partilhada? A Conferência de Aparecida viu nisso a necessidade de dar um passo além da formação, dos círculos de oração com a Palavra e das iniciativas de anúncio já em curso, para que também essas atividades fossem aprimoradas e alcançassem toda a potencialidade que detinham, a saber, a capacidade de levar cada pessoa da leitura do texto bíblico à experiência profunda de encontro com Jesus Cristo que transforma a vida pessoal e dela irradia para os demais.

Desde o Concílio, as atividades anteriormente enumeradas – como os Círculos Bíblicos e as escolas de formação, por exemplo – foram impulsionadas para promover o conhecimento das Sagradas Escrituras. E, naquele momento do pós-Concílio, era interessante multiplicá-las e, então, colher os frutos de sua aplicação. Com o passar do tempo, no entanto, em muitos contextos, tais atividades deixaram de cumprir sua primeira finalidade, que era promover o encontro com Jesus Cristo a partir do mergulho na Palavra e, seja pelo hábito, seja pela própria mudança de paradigmas históricos e antropológicos, era necessário repensar o lugar dessas iniciativas, compreendendo-as não como finalidades, mas como partes de um caminho mais abrangente. Mas não era suficiente cultivar as atividades por si mesmas. Era necessário compreendê-las como um processo mais abrangente. Nesse sentido, o Documento de Aparecida continua:

Por isso, a importância de uma ‘pastoral bíblica’ entendida como animação bíblica da pastoral, que seja escola de interpretação ou conhecimento da Palavra, de comunhão com Jesus ou oração com a Palavra, e de evangelização inculturada ou de proclamação da Palavra. Isso exige, da parte dos bispos, presbíteros, diáconos e ministros leigos da Palavra, uma aproximação à Sagrada Escritura que não seja só intelectual e instrumental, mas com coração ‘faminto de ouvir a Palavra do Senhor’ (Am 8,11) (DAp 248).

Podemos reconhecer, então, que tal afirmação do Documento de Aparecida muda a perspectiva de como a Igreja deveria enxergar as atividades ao redor da Palavra. A Pastoral Bíblica deveria passar a ser compreendida como um serviço a toda a Pastoral,

ou seja, não mais uma série de atividades voltadas a um grupo específico de interessados ou simpatizantes, mas um serviço voltado à centralidade da Palavra na vida de toda a Igreja. Esse serviço, dizia o Documento de Aparecida, devia funcionar como uma escola. Essa palavra, no contexto brasileiro, pode denotar a formação intelectualizada e programática, o que prejudica a compreensão do serviço que a Animação Bíblica da Pastoral é chamado a ser. Devemos entender aqui a escola como o laboratório de um aprendizado integral, uma academia de vida, um processo de formação do discípulo, que aproxima o conhecimento da interpretação, a oração da comunhão e o anúncio da evangelização inculturada.

A recepção das proposições da Conferência de Aparecida, no Brasil, logo se mesclou à recepção do Sínodo sobre a Palavra de Deus no que se refere às proposições sobre a Animação Bíblica da Pastoral, dada a afinidade entre as proposições trazidas por essas duas ocasiões. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer a semelhança existente, no que se refere à Animação Bíblica da Pastoral, entre o que dispõe o Documento de Aparecida e a Exortação Apostólica pós sinodal *Verbum Domini*, publicada pelo papa Bento XVI em 2010, como conclusão do Sínodo da Palavra de Deus. Na exortação, o pontífice, motivado pelas conclusões do Sínodo a ele apresentadas, recordava que, desde a época patristica, a Igreja já orientava os seus fiéis de que o crescimento no conhecimento da Escritura e na familiaridade com ela devia ter por objetivo “crescer no amor de Cristo” (VD 72). É com esse objetivo que a *Verbum Domini* continua refletindo:

Nesta linha, o Sínodo convidou a um esforço pastoral particular para que a Palavra de Deus apareça em lugar central na vida da Igreja, recomendando que ‘se incremente a ‘pastoral bíblica’, não em justaposição com outras formas da pastoral mas como animação bíblica da pastoral inteira’. Não se trata simplesmente de acrescentar qualquer encontro na paróquia ou na diocese, mas de verificar que, nas atividades habituais das comunidades cristãs, nas paróquias, nas associações e nos movimentos, se tenha realmente a peito o encontro pessoal com Cristo que Se comunica a nós na sua Palavra. Dado que ‘a ignorância das Escrituras é a ignorância de Cristo’, então podemos esperar que a animação bíblica de toda a pastoral ordinária e extraordinária levará a um maior conhecimento da Pessoa de Cristo, Revelador do Pai e plenitude da Revelação divina (VD 72).

O Sínodo sobre a Palavra de Deus é consonante com as proposições de Aparecida. Afirma que é preciso ampliar o alcance e reformar a atuação da Pastoral Bíblica para que ela se torne um serviço abrangente, que pense a ação pastoral em conjunto e não de maneira setorizada e se constitua em um verdadeiro serviço a toda a pastoral, que tem por objetivo primeiro cultivar o encontro com Jesus Cristo a partir da Palavra e, desde a espiritualidade gerada e fortalecida por esse lugar específico de encontro, converter as estruturas, as prioridades, as práticas e os caminhos da ação pastoral, qualificando-a melhor ao anúncio do Evangelho no tempo e no mundo de hoje. A esperança manifestada na Exortação era a de que a recuperação dessa centralidade da Palavra, que vai além do conhecimento, mas antes de tudo tem seu lugar na espiritualidade pessoal e comunitária, ajudasse a combater alguns desafios que, hoje, estão multiplicados. Naquela ocasião, o Sínodo alertava sobre a proliferação de seitas, porém, hoje, podemos perceber que a Animação Bíblica da Pastoral é o caminho de resolução também para outros problemas, tais como a autorreferencialidade, o individualismo, a crise no senso de pertencimento, os desafios com relação à comunhão e a unidade e a perda de um espírito profético e missionário, entre outros.

Uma das grandes contribuições da Exortação *Verbum Domini* foi a sugestão de recuperar o método da *lectio divina* como método de leitura e meditação da Palavra de Deus a partir das Escrituras. O distanciamento entre a exegese e a oração com a Palavra

gerou, segundo a Exortação, uma forma de hermenêutica secularizada (VD 35). Desse modo, o Papa Bento XVI afirma a necessidade de que o estudo da Escritura, na Igreja, seja acompanhado da oração, recuperando atentamente as indicações que o Concílio Vaticano II já havia oferecido na *Dei Verbum*. Assim diz o pontífice, a respeito do risco de gerar um dualismo na abordagem das Escrituras: “distinguindo os dois níveis da abordagem bíblica, não se pretende de modo algum separá-los, contrapô-los, ou simplesmente justapô-los. Só funcionam em reciprocidade” (VD 35). Na análise desse dualismo e na busca de caminhos para sua superação, ou seja, com o intuito de alcançar uma leitura da Escritura que seja, ao mesmo tempo, analítica e orante, ele exorta à recuperação da *lectio divina*, um método de contemplação da Palavra amplamente utilizado na pregação monástica. O Papa Bento XVI se uniu aos bispos do Sínodo afirmando, a respeito dessa forma de leitura orante que o método “é verdadeiramente capaz não só de desvendar ao fiel o tesouro da Palavra de Deus, mas também de criar o encontro com Cristo, Palavra divina viva” (VD 87). No Brasil, essa exortação foi recebida com muito entusiasmo, sobretudo na Catequese, que rapidamente passou a cultivar o método da *lectio divina* como principal método de meditação da Palavra, mas também por outros grupos, pastorais e movimentos que, desde então, se esforçam por garantir que em cada encontro e em cada ocasião se faça, ao menos, a escuta de um trecho da Palavra de Deus.

No Brasil, o Sínodo sobre a Palavra de Deus foi recebido com grande entusiasmo. Para além das formações que por todo o país foram motivadas pela escolha desse tema para a XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil dedicou-se à reflexão a respeito do tema em algumas de suas Assembleias Gerais – a saber, as dos anos 2010 e 2012 – publicando o Documento 97, intitulado *Discípulos e servidores da Palavra de Deus na missão da Igreja* (2012).

O Documento 97 é um documento breve e de linguagem acessível. Sua grande contribuição é oferecer, em continuidade com o Concílio e com o referido Sínodo, uma compreensão da Animação Bíblica da Pastoral que expressa já um compromisso:

Se a *animação bíblica* não se identifica com a ‘pastoral bíblica’, tampouco pode ser simplesmente confundida, devido ao termo *animação*, com uma movimentação pastoral eufórica, cujo estandarte seja a Sagrada Escritura. Diversamente, o termo ‘animação’ deve ser tomado aqui em sua concepção originária de ‘ação ou efeito de dar alma ou vida’. Sob essa perspectiva, entende-se por *animação bíblica* de toda a pastoral a busca consciente e contínua de ter a Sagrada Escritura como *alma da missão evangelizadora da Igreja*, como também deve ser ela a *alma da teologia* (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2012, n. 32).

Então, o Documento 97 oferece uma compreensão prática dos caminhos possíveis para alcançar a Animação Bíblica da Pastoral, evidenciando três eixos, a partir do parágrafo 248 do Documento de Aparecida: formação, oração e anúncio. Desenvolvendo o significado de cada um deles, o Documento esclarece que a Animação Bíblica da Pastoral vai além das práticas de formação e círculos bíblicos presentes no cotidiano da vida eclesial no Brasil. É necessário que, desde a vida pessoal até a espiritualidade comunitária, o lugar da Palavra não seja constituído apenas pelo aspecto da formação intelectualizada, mas promova a oração aberta ao Espírito que promove o encontro verdadeiro com Jesus e impulsiona o anúncio. Um dos grandes valores do Documento 97 é o de ter oferecido, ao lado de uma reflexão teológica a respeito dessa intuição, uma série de proposições concretas a respeito do modo como, na práxis pastoral, a Animação Bíblica poderia ser favorecida a partir desses três eixos. A partir dessas proposições, muitas equipes regionais e diocesanas de Animação Bíblica da Pastoral encontraram um norteamento para ampliar aquele trabalho antes configurado como uma pastoral bíblica.

A partir de então, a prioridade da Palavra e da Animação Bíblica jamais deixou de estar presente nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE), o que atesta um verdadeiro compromisso com a busca por garantir a centralidade da Palavra de Deus. Além das DGAE, em 2022, o episcopado voltou a debruçar-se sobre o tema, publicando o Documento 111, intitulado “*E a Palavra habitou entre nós*” (Jo 1,14): *Animação Bíblica da Pastoral a partir das comunidades eclesiais missionárias* (2022). Não se pode negar que esse tempo foi impulsionador de uma nova fase no movimento de animação bíblica no Brasil, no entanto, muitas vezes, há um certo abismo entre o que está escrito nos documentos e a práxis pastoral. E isso não se deve somente a uma limitação de acesso aos textos publicados ou a uma dificuldade de leitura ou interpretação. Há que se reconhecer que o tempo presente traz desafios próprios, que exigem uma nova reflexão a respeito das perspectivas para a realização da Animação Bíblica da Pastoral hoje.

3 Desafios para a Animação Bíblica da Pastoral no contexto brasileiro contemporâneo

Como fruto desse percurso de décadas na busca por uma centralidade bíblica na experiência cristã no Brasil, muitos bons sinais podem ser observados. Muitas pessoas têm na Palavra um alicerce fundamental para o sustento e o cultivo cotidiano de sua experiência de encontro com Jesus Cristo e deixam, assim, que desse contato íntimo com a Palavra irradie a força e a direção para a ação pastoral, fazendo com que as estruturas e os projetos sejam inundados da vitalidade que vem da Palavra. A partir dessa presença da Palavra que se faz por meio das pessoas, vários sinais concretos de Animação Bíblica podem ser contemplados, como, por exemplo: são inúmeras as comunidades que sustentam sua vida comunitária de fé com a Celebração da Palavra, mesmo na falta de presbíteros que possam presidir a Eucaristia; os(as) ministros(as) catequistas em todo o Brasil que são empenhados na prática da *Lectio Divina* e resguardam o lugar único e proeminente que ocupa a Palavra nos itinerários de Iniciação à Vida Cristã (IVC) com inspiração catecumenal; as experiências de círculos bíblicos e grupos de reflexão formam, em todo o Brasil, pequenas comunidades que vivem segundo o modelo de At 2,42-47; muitos ministros ordenados que vivem a atribuição do ensinamento em seu ministério com fidelidade absoluta à Palavra, garantindo o devido cristocentrismo às formas de espiritualidade que propõem aos fiéis que lhe são confiados.

No entanto, não há processo de conversão que seja fácil e a história da Igreja no Brasil nas últimas décadas atesta que esta afirmação pode aplicar-se à conversão pastoral buscada desde a Conferência de Aparecida, como um fruto do desejo de tornar concreto e visível o sonho conciliar de um novo modelo para a identidade e a atuação da Igreja no mundo. Dessa forma, a Animação Bíblica da Pastoral, como componente fundamental dessa conversão pastoral ainda não pode ser contemplada em toda a sua potencialidade na Igreja no Brasil, muito embora tenhamos experiências iluminadoras por todo o país. O intuito desta seção é examinar alguns dos principais desafios que hoje se impõem sobre o processo de Animação Bíblica da Pastoral.

Outrora – antes do Concílio Vaticano II, por exemplo – era possível afirmar que os limites no acesso às edições e traduções da Bíblia constituíam um entrave ao cultivo de uma relação mais pessoal com as Escrituras. Provocavam desconhecimento e impediam a autonomia, fazendo das pessoas sempre dependentes da leitura e da interpretação de outrem. Hoje esse cenário mudou. Há um amplo acesso a diferentes edições da Sagrada Escritura, em diferentes e diversificadas traduções, inclusive com a produção de subsídios populares que visam a leitura e a compreensão dos textos bíblicos. A distância entre a pessoa de hoje e a Palavra não se deve, portanto, a um simples limite na

disponibilidade de edições da Escritura ou materiais que a expliquem. Esse entrave permanece se consideramos aquela parcela específica da população com deficiência visual ou os diferentes povos originários para os quais não há traduções em suas línguas específicas. Mas, para a grande maioria das pessoas, a questão da familiaridade com a Escritura não é uma questão de acesso.

Os entraves à Animação Bíblica da Pastoral devem-se a razões mais profundas. A primeira delas – que, em nossa concepção, é a fundamental – é a dificuldade de interlocução da Igreja com o ser humano de hoje. Partindo do pressuposto que a Animação Bíblica da Pastoral começa pela experiência pessoal de encontro com Jesus Cristo na Palavra, é possível afirmar que a capacidade de anunciar Jesus Cristo é o impulso necessário para um processo de Animação Bíblica da Pastoral. Sem esse anúncio, a ABP torna-se aquele conjunto de atividades que podem ser superficiais e nunca chegam ao âmago da experiência que podem alcançar. No início do seu pontificado, o Papa Francisco chamou atenção para a necessária centralidade do querigma na ação evangelizadora, afirmando que ele é “o anúncio que dá resposta ao anseio de infinito que existe em todo o coração humano” (EG 165). Com isso, ele reafirmou que o anúncio do querigma – que é a proposição de Jesus Cristo em seu caráter pascal e salvífico, em outras palavras, o anúncio do Verbo de Deus encarnado – não é um ensinamento intelectual ou uma concepção teórica e acadêmica, mas um anúncio que interpela a interioridade da pessoa e convida a uma vida nova a partir do acolhimento do Cristo anunciado. Nesse horizonte, é importante que a Igreja esteja sempre pronta a perguntar-se: de que modo o anúncio que propomos tem, de fato, interpelado a pessoa no mais profundo de sua individualidade? A forma como falamos de Jesus e o testemunhamos tem feito com que as pessoas de nosso tempo o percebam como a resposta às questões que carregam consigo? A vida em Cristo que vivemos inspira o desejo de conversão naqueles que convivem conosco?

Sem assumir uma postura pessimista e sem ignorar os que oferecem um belo testemunho de anúncio em nosso tempo – sem os quais a transmissão da fé estaria comprometida – é preciso reconhecer que a Igreja atravessa uma crise de linguagem. Um exemplo disso é a multiplicação de documentos e textos escritos, cujas diretrizes incidem ainda de maneira muito incipiente na forma como as pessoas vivem a sua fé. Outro exemplo é a profusão de novas comunidades e novas formas de viver e buscar a espiritualidade, que podem ser compreendidas como produto de um desencanto das pessoas com as formas ordinárias de celebrar e rezar que são oferecidas pelas paróquias e dioceses pelo Brasil. Há uma busca pelo sagrado que fortemente se pronuncia no ser humano de hoje, inclusive nas novas gerações e por parte das juventudes, que não tem sido saciada pela forma ordinária da Igreja comunicar-se. Os discursos, métodos e atividades ultrapassados, que responderam ao anseio das gerações passadas, não necessariamente estabelecerão uma interlocução com as gerações presentes. Essa é a primeira crise que impede o efetivo anúncio da Palavra e a progressão no amadurecimento do seu discipulado. É necessária a disposição à atualização da linguagem e a criatividade nos métodos para que a Palavra de Deus, sempre viva e eficaz (Hb 4,12), possa ser anunciada como um caminho que faz sentido à pessoa de hoje.

Ao lado da crise de linguagem, vem um excessivo apego ao passado que Zigmunt Bauman chamou retrotopias: são as recentes “visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro ‘ainda todavia por nascer’” (Bauman, 2017, p. 10). Esse apego a um passado idealizado bloqueia ainda mais a possibilidade de atualizar linguagens e métodos, mas também vem acompanhado de uma inversão de valores e prioridades na mediação da experiência de fé. Entre esses movimentos retrotópicos – que muitos chamam “tradicionalistas” – a Palavra transmitida pela Tradição é colocada em um patamar de importância maior que

a Palavra na Escritura, o encontro com Jesus na Eucaristia parece mais verdadeiro que aquele que se faz na Palavra, entre outras inversões. Além disso, parece surgir uma forma de farisaísmo contemporâneo em que a Palavra é transformada em um conjunto de práticas exteriores e rubricas que são tomadas pelos neofariseus como marcas de uma fidelidade autêntica e – o que é ainda melhor – aparente. A recuperação de alguns sinais exteriores, como formas de se vestir, por exemplo, que estão presentes entre os ministros ordenados e também entre os cristãos leigos e leigas, assemelham-se aos longos filactérios que adornavam a veste dos fariseus (Mt 23,5) mas não garantiam que a Palavra estivesse devidamente inscrita no coração, nas práticas e na vida cotidiana.

As retrotopias, por sua vez, geraram em alguns grupos da Igreja um movimento – declarado ou ainda velado – de negação da eclesiologia do Concílio Vaticano II. A resistência contra o modelo eclesiológico conciliar tem uma série de implicações sobre a centralidade bíblica, a começar pela questão da participação. Ela está no centro da eclesiologia conciliar e, inclusive, é por isso que ela esteve no centro das discussões do recente Sínodo da Sinodalidade (2021-2024), que se apresentou como uma nova fase de recepção do Concílio (DF 5). A negação da participação conforme pensada pela *Lumen Gentium* reforça a visão pré-conciliar de que somente alguns dentre o povo de Deus detém a responsabilidade pelo anúncio da Palavra. Em outras palavras, a negação da eclesiologia conciliar reforça aquela visão comum e equivocada de que Sagrada Escritura é assunto de padres e religiosas, quando muito de teólogos e acadêmicos e, assim, muitos batizados isentam-se da responsabilidade de cultivar o encontro com a Palavra com vistas ao seu anúncio. Por outro lado, a negação do Concílio chega até mesmo a provocar a publicação de novas traduções da Bíblia a partir da Vulgata – desconsiderando todos os resultados da pesquisa histórico-crítica que levaram à publicação da NeoVulgata, tão somente por ser esta última um produto do pensamento conciliar a respeito da Escritura e do modo como a Teologia e a Exegese bíblica deviam dialogar com as novas ciências.

O excessivo apego ao passado e a intenção de negar o diálogo com a pós-modernidade geraram, no campo católico, uma série de fundamentalismos. O movimento fundamentalista que surgiu no âmbito protestante norte-americano na primeira metade do séc. XX teve como principal eixo a defesa da fé contra as ameaças da modernidade. Analogamente, hoje, no Brasil, se têm multiplicado formas fundamentalistas de compreender a fé e, particularmente, de ler o texto bíblico, como reação à pós-modernidade. Leituras literalistas dos textos bíblicos povoam pregações e homilias e ditam condutas e discursos moralistas, nem sempre correspondendo à forma como a Igreja, por meio do Magistério vivo, tem interpretado as Escrituras. Muitas vezes, essas leituras são extremamente seletivas. Por exemplo: há um grande número de pessoas no Brasil, hoje, que defendem uma visão de um Jesus combativo e vingativo, apoiados sobre o versículo do Evangelho de Mateus, em que Jesus diz: “Não penseis que vim trazer paz à terra. Não vim trazer paz, mas espada” (Mt 10,34). Mas essa grande parcela de fundamentalistas não sabe como conciliar essa fala de Jesus com inúmeras outras em que ele exorta ao perdão (Mt 18,21-22), a oferecer a outra face (Mt 5,39; Lc 6,29), ao amor aos inimigos (Mt 5,44; Lc 6,26) e em que ele mesmo recusa o uso da espada contra seus algozes (Jo 18,11).

O fundamentalismo, especialmente quando associado a movimentos políticos, tem a característica de beneficiar amplamente os líderes que propõem esse tipo de leitura. Isso porque o fundamentalismo faz o oposto do que sonhava a *Dei Verbum*: ele se fortalece na mesma proporção em que diminui a autonomia das pessoas na interpretação das Escrituras. Quanto maior for a dificuldade de ler e compreender as Escrituras, mais dependentes as pessoas ficam de quem interprete por elas e isso fortalece as leituras ideologizadas da Escritura. Dentro do chamado fundamentalismo perverso (Prado, 2018, p. 365) – ou seja, esse fundamentalismo que se aproveita da dependência criada

entre leitores e líderes – isso não é uma simples decorrência, mas uma estratégia. O fundamentalismo perverso é um instrumento de controle de pensamentos, de perpetuação ideológica e até mesmo, uma manobra política. A Palavra deixa de ser fonte de espiritualidade e lugar de encontro com Jesus para ser usada como instrumento de opressão ideológica de uns sobre outros². Então, não é exagero afirmar que, quando as pessoas não tinham acesso à Escritura, tornavam-se dependentes de outros para conhecê-la e, então, reproduziam o que ouviam sobre a Palavra, mas nem sempre podiam cultivar sua própria experiência com ela. Hoje, embora ela esteja disponível para todos, em traduções e edições acessíveis, há um movimento que intenciona o retorno àquela dependência que já devia estar superada, porque, a alguns objetivos, é bem interessante manter o controle – por parte de algumas lideranças – sobre a forma como as pessoas leem e interpretam a Palavra.

Um outro aspecto é o de que, com frequência, a investigação exegética, teológica e literária sobre a Palavra de Deus tem se restringido aos círculos acadêmicos, com pouca incidência sobre as comunidades leitoras da Palavra, com a persistência de um dualismo entre a exegese e a leitura popular ou orante da Palavra. Embora tenhamos muitos exegetas dispostos a fazer com que seu serviço chegue também à pastoral, é preciso reconhecer que ainda existe uma dificuldade de linguagem, que impede a interlocução e, o que é pior, um certo elitismo acadêmico que desconsidera a interpretação popular e impede, assim, um intercâmbio de dons entre a academia e a leitura orante ou comunitária. Essa dificuldade na popularização de uma leitura crítica da Palavra, amparada por critérios históricos e científicos, reforça a tendência à leitura fundamentalista, porque é mais fácil interpretar os textos de modo literalista quando não se conhecem os métodos interpretativos adequados a cada tipo de texto. Ou, talvez, diante do desconhecimento, a única interpretação possível seja mesmo a fundamentalista.

O fundamentalismo, sendo um limite na interpretação da Escritura, é ainda mais fortalecido por um reacionarismo contra o Magistério vivo da Igreja. Hoje, são muitos os líderes, pastores ou grupos que, em posições de exercício de autoridade e ensinamento, se sentem à vontade para declarar publicamente sua discordância com o Magistério da Igreja. Há que se notar que o Magistério vivo não realiza seu encargo de interpretar autenticamente a Palavra somente quando interpreta textos bíblicos, mas também o faz quando interpreta a fé – enraizada na Palavra – e orienta os fiéis quanto à sua profissão e testemunho no tempo atual. Por isso, grande parte das discordâncias com o Magistério, quando se dão em matéria de compreensão da fé professada e, sobretudo, testemunhada, vão contra a afirmação da *Dei Verbum* a respeito da necessária fidelidade ao Magistério, a quem é confiado por Deus o serviço da interpretação autêntica da Palavra – na Escritura e na Tradição (DV 10). Essa prática de pronunciar-se contra o Magistério que, na contemporaneidade, ganha grande projeção com o auxílio das redes sociais, cria a sensação de que a defesa de interpretações discordantes é uma possibilidade dentro da Igreja, quando é uma perversão de uma disposição dogmática, afirmada em uma Constituição conciliar. É importante ter em conta que fora da comunhão também não há exercício do *sensus fidei*. Desse modo, é possível perceber que o principal critério a respeito da interpretação que está associado ao fomento da comunhão eclesial encontra-se fragilizado. Se, por um lado, muitos são alheios ao necessário assentimento que se deve prestar aos pastores quanto à forma como interpretam a Palavra, outros consideram que tal disposição da *Dei Verbum* é um limitador das liberdades de interpretação e não conseguem enxergar o significado de tal critério, seja a partir das

² As decorrências da leitura fundamentalista sobre a Igreja e o modo como ela se relaciona com o mundo são mais desenvolvidas na obra Rezar, anunciar e ensinar a Palavra: Animação Bíblica da Pastoral em nossas comunidades (Venâncio, 2025).

propriedades do próprio ministério episcopal, seja a partir de sua relevância para o zelo da comunhão eclesial.

Desse modo, o esvaziamento da confiança na autoridade do Magistério vivo para atualizar adequadamente a Palavra na unidade da Escritura e da Tradição ameaça o discernimento dos caminhos para o anúncio eficaz da Palavra de Deus em cada contexto. Assim, os problemas ao redor da comunhão não são periféricos para a questão da Animação Bíblica da Pastoral, mas centrais. O apego ao passado em diferentes formas de retrotopia faz com que alguns indivíduos insistam em anunciar a Palavra segundo caminhos que foram eficazes em outros tempos e em outros contextos, o que é prejudicial à eficácia do próprio anúncio – e é por esse motivo que o Concílio afirma que o encargo da interpretação autêntica foi confiado “só ao Magistério vivo da Igreja” (DV 10). Não podemos deixar de notar também que, junto à retrotopia, atua um conservadorismo que vem rejeitando, sob uma falsa associação ideológica, muitos métodos que estão ligados a movimentos mais populares. Isso toca a Animação Bíblica particularmente na condenação do princípio de interação entre a fé e a vida, que marcou a experiência dos Círculos Bíblicos sobretudo na segunda metade do séc. XX, como se ele não fosse um modo autêntico de ler a Palavra quando, pelo contrário, ele poderia continuar sendo uma fecunda forma de leitura comunitária da Escritura ainda hoje.

A complexidade e a fragmentação da vida pós-moderna aliadas à vida urbana e ao advento dos meios tecnológicos fez com que o ser humano de hoje fosse se tornando cada vez mais atarefado e até mesmo adoecido pela urgência de conciliar tarefas diversas em seu dia a dia. A sociedade contemporânea tem gerado uma massa de pessoas exaustas porque condicionou o sucesso à produtividade, de modo que grande parte das pessoas ficaram reféns de um cotidiano extremamente atarefado. Isso, inevitavelmente, atinge a pastoral na Igreja. Em lugar dos processos contínuos e graduais, a pastoral tem cada vez mais se guiado por eventos que buscam oferecer a sensação de resultados rápidos, alimentando uma consciência utilitarista e ativista. Para a Animação Bíblica da Pastoral, essa é uma questão importante porque a necessária busca por uma renovação das consciências em vista da centralidade da Palavra de Deus ficou ofuscada pela realização de diferentes atividades. A Animação Bíblica da Pastoral deve constituir um processo contínuo no qual as atividades são caminhos para alcançar a centralidade da Palavra. Em muitos contextos locais, a multiplicidade de atividades produziu a ilusão de que a articulação em favor da Animação Bíblica da Pastoral funcionava em toda a sua eficácia, quando, na verdade, as atividades sobrecarregavam as pessoas, até produziam efeitos momentâneos, mas não eram capazes de gerar um processo contínuo e duradouro que culminasse efetivamente em conversão pessoal e comunitária. Ao lado desse ativismo que marca a contemporaneidade, há uma inevitável mudança na rotina urbana da grande maioria das pessoas, que exige pensar a pastoral de maneira renovada.

A idealização do passado e a perda do senso comunitário próprio do ser Igreja fazem com que a ação pastoral permaneça apegada a métodos e caminhos que funcionaram no passado, mas que não atendem ao ser humano de hoje e, portanto, embora ainda estabeleçam uma interlocução com os batizados que estão engajados no trabalho pastoral, pouco servem a um modelo de Igreja em saída, que seja capaz de propor a Palavra de Deus àqueles que estão distantes, seja porque se afastaram, seja porque nunca ouviram o anúncio de Jesus Cristo. Dessa forma, podemos afirmar que os desafios para a Animação Bíblica da Pastoral no Brasil de hoje estão relacionados à persistência de uma mentalidade de pastoral de conservação e esse cenário torna-se ainda mais complexo quando se aliam a tal mentalidade as retrotopias e as dificuldades ao redor da comunhão. Nesse sentido, a Animação Bíblica da Pastoral não pode ser pensada de maneira restrita, como se fosse um nicho da ação evangelizadora que funciona por si só. É preciso que ela seja compreendida como expressão da missão eclesial, como um momento

fundamental dessa mesma missão que está articulada a toda expressão pastoral e evangelizadora, dado o seu caráter fontal. Portanto, a Animação Bíblica da Pastoral não pode ser pensada a partir de suas atividades, mas sob o horizonte do exercício da missão da Igreja. Seu ponto de partida é, portanto, uma questão eclesiológica.

4 Perspectivas para a Animação Bíblica da Pastoral no Brasil

Na seção precedente, discutimos como o contexto brasileiro contemporâneo impõe desafios à Animação Bíblica da Pastoral que estão presentes na realidade de modo complexo, ameaçando a raiz desse caminho de conversão pastoral que parte do zelo por uma espiritualidade bíblica que subsidie a experiência cristã pessoal e comunitária. Como resposta a esse cenário, é comum indicar atividades de animação bíblica que possam trazer a Palavra de novo para o centro da vida e da Pastoral. No entanto, nesta seção, mais do que propor atividades de animação bíblica, reconheceremos as condições para que a pastoral e a evangelização possam alcançar a centralidade bíblica buscada por meio da mudança de hábitos e mentalidades.

Antes de tudo, não haverá Animação Bíblica da Pastoral senão em uma Igreja sinodal. Sinodalidade e Animação Bíblica se retroalimentam porque a sinodalidade é um fruto concreto de uma Igreja que escuta a Palavra, da mesma forma como a centralidade bíblica é naturalmente cultivada em uma comunidade que vive autenticamente de maneira sinodal. O Sínodo sobre a Sinodalidade, realizado no pontificado do Papa Francisco, entre 2021 e 2024, colocou em evidência essa relação ao fazer emergir a discussão a respeito da necessidade de que a Igreja, no terceiro milênio, cultivasse uma espiritualidade da escuta que, claro, tem sua expressão concreta na escuta uns dos outros, mas que, por meio da escuta da comunidade, alcança o objetivo principal que é a escuta da Palavra e do Espírito. A Comissão Teológica Internacional já havia indicado a sinodalidade como *modus vivendi et operandi* da Igreja, ou seja, não apenas uma de suas características, mas sua dimensão constitutiva. Segundo a Comissão, a sinodalidade

[...] se realiza através da escuta comunitária da Palavra e da celebração da Eucaristia, da fraternidade da comunhão e da corresponsabilidade e participação de todo o povo de Deus, nos seus vários níveis e na distinção dos diversos ministérios e funções, na sua vida e na sua missão (Comissão Teológica Internacional, 2017, n. 70).

Mesmo antes da convocação do Sínodo sobre a Sinodalidade, era possível perceber como o Papa Francisco entendia que a sinodalidade devia ser trazida para o centro da reflexão da Igreja a respeito de si mesma. Na comemoração do cinquentenário do Sínodo dos Bispos, ele afirmou que “a sinodalidade é precisamente o que Deus espera da Igreja no Terceiro Milênio” (Francisco, 2015). Sua preocupação, que depois foi abraçada por tantas pessoas em todos os níveis da Igreja – desde a reflexão teológica, passando pelo serviço do Magistério e alcançando grande parte dos batizados envolvidos nos serviços comunitários – teve em vista um melhor serviço da Igreja à sua missão fundamental de anunciar o Reino de Deus que virá e marcar já o nosso tempo com os sinais deste mesmo Reino (LG 5). O compromisso com o anúncio do Reino exige a fidelidade à Palavra, fonte de seu conhecimento, porque nela está registrada uma parte importante da Revelação que Deus fez de Si e do Reino que para nós é promessa. Da mesma forma, podemos afirmar que a escuta constante e atenta da Palavra, que parte de uma espiritualidade continuamente cultivada de proximidade e atenção ao que Deus nos fala qualifica o anúncio do Reino para que ele não seja uma simples exposição sistemática de verdades de fé, nem um anúncio subjetivo de esperanças pessoais, mas seja anúncio vivo

que parte da experiência pessoal transformadora com a verdade Revelada, que transborda desde um coração apaixonado para as palavras, atitudes e decisões.

Desse modo, sinodalidade e escuta da Palavra estão associadas na espiritualidade pessoal e comunitária, que é ponto de partida de uma e de outra. Mas não se pode negar que, também no âmbito institucional, a recuperação da sinodalidade em alguns âmbitos tais como as relações entre ministérios e as questões relacionadas à participação e à corresponsabilidade também favorecem um mais qualificado serviço à Palavra. Desde o princípio do processo sinodal, que representou um grande chamado à restauração da sinodalidade para a Igreja no séc. XXI, foi possível reconhecer que a Igreja sempre foi sustentada pelas expressões de sinodalidade, mas era necessário refazer algumas partes de um tecido de sinodalidade desgastado pelos maus hábitos adquiridos ao longo do tempo. Um desses desgastes é a questão da comunhão. Na seção precedente, discorreremos a respeito da fragilidade que há na comunhão com o Magistério eclesial e como isso impacta na leitura da Escritura. É possível concluir, portanto, que refazer as relações de comunhão, compreendendo sobretudo o sentido do ministério hierárquico na Igreja e valorizando o lugar do Magistério em suas atribuições próprias, será uma contribuição absolutamente significativa da retomada da sinodalidade à interpretação bíblica. Uma comunidade verdadeira também se expressa pelo modo como seus membros interpretam o mundo e os textos à sua volta, porque o arcabouço de significados e intertextualidades é sempre construído pelas experiências partilhadas entre indivíduos de uma mesma comunidade. Assim, quanto melhor se apurar o sentido do caminhar juntos da Igreja, nas direções indicadas por aqueles que exercem o ministério do pastoreio, melhor se poderá expressar a unidade nas interpretações dos textos sagrados.

Além disso, o chamado à recuperação da sinodalidade colocou em evidência a raiz comum que há no envolvimento de todos com a missão da Igreja, a saber, o Batismo que incorpora cada pessoa ao corpo místico de Cristo. No senso comum, ainda persiste a mentalidade de que, na Igreja, alguns são mais responsáveis pelo anúncio da Palavra que outros, ou têm maiores compromissos na fidelidade e no testemunho da Palavra revelada na Escritura e na Tradição. A recuperação da sinodalidade, que passa pela retomada da compreensão do Batismo como sacramento que associa cada neófito à missão do anúncio do Evangelho, contribui para que se assumam a consciência de que não é o chamado aos ministérios específicos que responsabiliza pelo anúncio da Palavra – embora chamem a uma relação especial com ela, na maioria das vezes – mas, sim, a vocação do Batismo. Por isso, todo cristão tem a mesma parcela de responsabilidade no anúncio e no testemunho da Palavra no mundo. Daí o incentivo a cultivar uma proximidade com a Palavra que não só parta do interesse pessoal, mas também atenda a uma missão decorrente da identidade cristã assumida ao se ingressar na comunidade.

O Documento conclusivo do Sínodo sobre a Sinodalidade – escrito pelos membros das sessões sinodais e assumido pelo Papa Francisco como parte de seu Magistério – indicou à Igreja em todo o mundo a necessidade da conversão em três direções: a conversão das relações, a conversão dos processos e a conversão dos vínculos. Na conversão dos processos, figura sobretudo a necessidade de renovar as formas e métodos para a tomada de decisões no seio da Igreja, configurando os processos em vista da elaboração de consensos a partir de verdadeiros discernimentos centrados na escuta da Palavra – comunicada de diversas formas – e do Espírito. De fato, o Documento final do Sínodo assim aponta:

A escuta da Palavra de Deus é o ponto de partida e o critério de todo o discernimento eclesial. De fato, as Sagradas Escrituras testemunham que Deus falou ao seu povo, a ponto de nos dar em Jesus a plenitude de toda a Revelação (cf. DV 2), e indicam os

lugares onde podemos ouvir a sua voz. Deus comunica conosco em primeiro lugar na liturgia, porque é o próprio Cristo que fala ‘ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura’ (SC 7). Deus fala através da Tradição viva da Igreja, do seu magistério, da meditação pessoal e comunitária das Escrituras e das práticas da piedade popular. Deus continua a manifestar-se através do grito dos pobres e dos acontecimentos da história da humanidade. Além disso, Deus comunica com o seu povo através dos elementos da criação, cuja própria existência remete para a ação do Criador e está repleta da presença do Espírito que dá vida. Por fim, Deus fala também na consciência pessoal de cada um, que é ‘o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser’ (GS 16). O discernimento eclesial exige o contínuo cuidado e formação das consciências e o amadurecimento do *sensus fidei*, para não negligenciar nenhum dos lugares onde Deus fala e vem ao encontro do seu povo (DF 83).

Nesta indicação, há um caminho promissor para a Animação Bíblica da Pastoral, visto que propõe, nada mais, a retomada da centralidade da Palavra nos processos de discernimento, tomada de decisão, planejamento e também avaliação. Um limite que hoje se impõe a essa proposição é a dificuldade de uma visão ampla que enxergue a Palavra, com critério e sabedoria, em tantas formas de manifestação. De fato, não haverá Animação Bíblica da Pastoral efetiva se a centralidade da Palavra for só um discurso ou se, no máximo, atingir a esfera pessoal ou se, ainda, se considerar que só a Escritura é sua via de comunicação.

Não há sinodalidade se o critério claro e preciso para o discernimento comunitário não for a Palavra de Deus. É crucial ao desenvolvimento da sinodalidade encontrar na Palavra o critério por excelência para o discernimento, para evitar personalismos, partidarismos, ideologias e aproximar o ser Igreja cada vez mais do Evangelho. Essa primazia da Palavra nos processos de decisão deve se expressar para além do discurso teológico, mas na práxis pastoral que há nos processos e nas estruturas eclesiais.

O Sínodo indicou as pequenas comunidades de discípulos missionários como o lugar privilegiado para o cultivo da centralidade da Palavra, sendo o ambiente propício para sua efetiva escuta e um laboratório para sua experiência vivencial e testemunhal (DF 145). Assim, encontramos na proposição da formação de pequenas comunidades centradas na Palavra uma condição para a efetiva Animação Bíblica da Pastoral. A Igreja no Brasil, através das suas últimas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, vem se preocupando em propor a pequena comunidade como o lugar da experiência cristã autêntica (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2019, n. 33). O impulso para essa proposição se dá, sobretudo, pela percepção de que as experiências de grandes massas vêm se mostrando como formadoras de espiritualidades superficiais e desenraizadas, nas quais os indivíduos não encontram o acompanhamento suficientemente personalizado que lhes permita o aprofundamento da experiência adquirida em grandes celebrações ou encontros. A pequena comunidade é o lugar que acolhe aquele que ouviu o Querigma e deixou-se despertar pela fé, desejando um caminho de aprofundamento do discipulado, e acompanha cada pessoa no constante amadurecimento do seu discipulado. Não há efetiva escuta da Palavra que se enraíze na vida particular se não na experiência da partilha constante e pessoal de vida entre aqueles que fizeram o encontro verdadeiro com Cristo.

Um ambiente privilegiado de escuta e celebração da Palavra é o da liturgia. Em tempos de autorreferencialidade, corremos o risco de não dar à Palavra de Deus a visibilidade que lhe é devida na celebração litúrgica, porém, o culto tem a força de conformar os hábitos e as atitudes de vida. Essa conversão à escuta litúrgica da Palavra deve começar pela própria tomada de consciência a respeito do papel único da assembleia litúrgica na interpretação das Escrituras. Goffredo Boselli, ao recordar que o povo da

Bíblia é o primeiro destinatário da Revelação de Deus e é o seio de onde nascem as Escrituras, afirma que

[...] é porque a fé da comunidade – que confessa e celebra as obras salvíficas de Deus – precede as santas Escrituras, que a assembleia litúrgica é lugar hermenêutico originário das Escrituras: elas se escutam e se compreendem plenamente na *ekklesia*, pois nasceram na assembleia litúrgica (Boselli, 2017, p. 61).

Por isso, é urgente que consideremos a liturgia da Igreja um lugar privilegiado para a Animação Bíblica da Pastoral, tomando consciência de que a centralidade da Palavra, nela, deve ser expressa pela harmonia entre os gestos e as palavras. Não é só a homília que deve estar centrada na Palavra de Deus – embora essa ressalva precise continuar sendo feita com insistência – mas a dignidade dada aos livros litúrgicos da Palavra e à Palavra proclamada, incluindo os gestos que acompanham a proclamação, ajudam a educar a assembleia para uma reverência à Palavra que também deve acontecer fora do ambiente celebrativo. Nesse sentido, Boselli recorda a importância da visibilidade do livro da Palavra de Deus, celebrada na liturgia, por exemplo, pela elevação do Evangelário nas duas procissões que precedem a proclamação. O paralelo estabelecido entre a Palavra tirada do altar para ser proclamada e a Eucaristia, tirada do altar para ser distribuída, encena pelo rito o que a *Dei Verbum* afirmara: “A Igreja venerou sempre as divinas Escrituras como venera o próprio Corpo do Senhor, não deixando jamais [...] de tomar e distribuir aos fiéis o pão da vida, quer da mesa da palavra de Deus quer da do Corpo de Cristo” (DV 21).

Os gestos, resguardados de modo a evidenciar o seu significado, educam, portanto, para a reverência à Palavra. Mas a ritualidade ao redor do Evangelário é apenas um exemplo de como a celebração litúrgica pode colocar em evidência a Palavra. As antífonas que acompanham diversos momentos, como a antífona de comunhão, por exemplo, são também formas pelas quais a liturgia pode manifestar a centralidade da Palavra e, por isso, não devem ser deixadas de lado como meros acessórios à celebração. Portanto, em um tempo que faz da liturgia, com frequência, território de batalhas entre interpretações e visões eclesiais diversas, é urgente que, nesse campo da celebração da fé, a comunhão seja promovida ao redor da Palavra.

A Animação Bíblica da Pastoral encontra na Iniciação à Vida Cristã (IVC) como que seu lugar por excelência. É imprescindível que aqueles que são introduzidos à vida nova em Cristo aprendam a cultivar seu encontro constante com Cristo na Palavra. O momento desse aprendizado é a IVC, porque ele não deveria ser secundário ou reservado aos cristãos amadurecidos em seu discipulado. Pelo contrário, o encontro com Cristo Palavra é condição para a primeira opção por Jesus, ou seja, o acolhimento do Querigma, e é a base para a edificação de um discipulado maduro, coerente e atento ao pedido do Mestre. Portanto, a Igreja deverá investir esforços e recursos na formação de catequistas para que eles sejam iniciados à centralidade da Palavra – quando não o são – e capacitados a evidenciar a centralidade da Palavra na vida de fé para aqueles que são introduzidos à vida em Cristo.

Mas, como se a necessidade da formação de catequistas já não fosse tarefa suficientemente desafiadora, hoje, a IVC não pode ser pensada de modo restrito à iniciação de catecúmenos e catequizandos. Na *Evangelii gaudium*, o Papa Francisco reconheceu que a evangelização deve levar em conta três grupos de destinatários:

Em primeiro lugar, mencionamos o âmbito da *pastoral ordinária* [...]. Devem ser incluídos também neste âmbito os fiéis que conservam uma fé católica intensa e sincera, exprimindo-a de diversos modos, embora não participem frequentemente no culto.

Esta pastoral está orientada para o crescimento dos crentes, a fim de corresponderem cada vez melhor e com toda a sua vida ao amor de Deus.

Em segundo lugar, lembramos o âmbito das *‘pessoas batizadas que, porém, não vivem as exigências do Batismo’*, não sentem uma pertença cordial à Igreja e já não experimentam a consolação da fé. Mãe sempre solícita, a Igreja esforça-se para que elas vivam uma conversão que lhes restitua a alegria da fé e o desejo de se comprometerem com o Evangelho.

Por fim, frisamos que a evangelização está essencialmente relacionada com a proclamação do Evangelho *‘àqueles que não conhecem Jesus Cristo ou que sempre O recusaram’*. Muitos deles buscam secretamente a Deus, movidos pela nostalgia do seu rosto, mesmo em países de antiga tradição cristã. Todos têm o direito de receber o Evangelho. Os cristãos têm o dever de o anunciar, sem excluir ninguém, e não como quem impõe uma nova obrigação, mas como quem partilha uma alegria, indica um horizonte estupendo, oferece um banquete apetecível. A Igreja não cresce por proselitismo, mas *‘por atração’* (EG 14).

Dado que muitos dentre os que foram batizados e receberam os sacramentos da Iniciação à Vida Cristã não foram adequadamente iniciados e, por isso, frequentam as comunidades sem uma autêntica e completa vivência cristã ou se afastaram da Igreja Católica, também estes destinatários devem ser tratados pela Igreja, portanto, com uma postura iniciática. Trata-se de oferecer uma verdadeira iniciação à vida em Cristo àqueles que já foram iniciados à participação nos sacramentos – isso para além daquelas pessoas que buscam a Iniciação à Vida Cristã nos itinerários já estabelecidos, dos quais faz parte a celebração dos sacramentos de iniciação. Uma comunidade iniciática é uma comunidade que, sobretudo, está comprometida com o anúncio do Querigma de modo perene e constante e que fala com seus fiéis em uma linguagem mistagógica, que os insere no Mistério que celebram. Ambos os pilares de uma inspiração catecumenal – Querigma e Mistagogia – devem permear e subsidiar, portanto, o anúncio da Palavra, nos mais diversos ambientes e oportunidades de interlocução com tais sujeitos. Isso significa que a proposição do Querigma e a Mistagogia são já anúncio da Palavra, enquanto devem ser tratados também como um método para o anúncio da Palavra, na Catequese, mas, também, para além dela: nas homilias e celebrações, nos encontros e retiros, nos círculos bíblicos e novenas, nos grupos de oração, nas reuniões, nos momentos em que a Igreja fala com a sociedade.

Não se pode perder de vista que a Iniciação à Vida Cristã, compreendida de modo abrangente, é o lugar do enamoramento com a Palavra e do aprendizado da oração com ela, por isso, a Igreja no Brasil tem insistido tanto, nos últimos anos, que a *lectio divina* seja o grande método de leitura da Palavra na Catequese. A IVC não deve ser apenas um lugar de aprendizado intelectual sobre a Escritura, mas também e, sobretudo, o momento da descoberta da Palavra como uma experiência de encontro com Cristo que ilumina a vida inteira. Também este momento deve conduzir ao aprendizado da adequada interpretação da Escritura, feita não segundo critérios próprios, mas em comunhão com toda a Igreja. A IVC é o lugar por excelência do aprendizado da comunhão e quem não aprendeu a construí-la não foi adequadamente iniciado à Igreja de Jesus Cristo.

Por fim, não haverá Animação Bíblica da Pastoral se a Palavra não for anunciada naquele testemunho vivo de homens e mulheres que renovam seu encontro com Cristo nas Escrituras e, a partir de sua força irradiadora, deixam-se transformar e conduzir por ela. Esse testemunho, que se pronuncia sobretudo na coerência com o Evangelho, onde está o modelo do cristianismo no agir de Jesus Cristo e de onde ressoa o mandato missionário, está, sobretudo, na capacidade de amar a exemplo da forma como Jesus amou: na abertura à compaixão, no exercício do perdão e da misericórdia, no compromisso com a justiça, na promoção de vida plena para todos. Para esse

testemunho, exige-se hoje, mais do que em qualquer outro tempo, grande criatividade para fazer dos contextos urbanos novas galileias, onde a humanidade sofredora possa se encontrar com Jesus Cristo. Nas novas exigências do contexto urbano e nos novos paradigmas que esse contexto impõe sobre a humanidade, é urgente que o testemunho do Evangelho não siga apenas os modos de profecia praticados outrora, mas encontre também novas formas de incidência que alcancem aqueles que estão silenciados e sofrem, com as mazelas que sempre existiram, mas também com aquelas novas, frutos do isolamento nas grandes cidades, das imposições da cultura digital e tantas outras condições próprias aos novos contextos que a humanidade vive hoje.

5 Considerações finais

O exame da história da Animação Bíblica da Pastoral no Brasil torna possível um novo olhar sobre a realidade da presença da Palavra na vida dos cristãos e na pastoral hoje. A principal indicação que a análise feita na primeira parte desse artigo apresenta é a de que o Brasil avançou muito, motivado, sobretudo, pelo Concílio Vaticano II, no que se refere às atividades de Animação Bíblica da Pastoral. Essas atividades foram muito relevantes, sobretudo no tempo em que a principal necessidade era tornar a Escritura acessível às pessoas: isso no âmbito do acesso às edições da Bíblia em língua vernácula, no próprio aprendizado da leitura da Bíblia e no desenvolvimento de uma autonomia de leitura que aliasse fé e vida. Superado o desafio do acesso, a Igreja no Brasil hoje é interpelada por uma nova necessidade: a de tornar possível o encontro com Jesus Cristo a partir da leitura de uma Palavra que, de modo geral, já pode ser acessada por todos. E não podemos ignorar o fato de que o encontro com Jesus está profundamente entrelaçado à experiência comunitária, de modo que possibilitar o encontro com Jesus Cristo não será completo se for alcançado apenas num âmbito pessoal e individual, mas precisará, necessariamente, alimentar a experiência da comunhão entre os irmãos, na Igreja, impulsionando à saída missionária.

O grande paradigma desse novo tempo para a Animação Bíblica da Pastoral continua a ser, portanto, a proposição do Documento de Aparecida (2007) de que a Animação Bíblica da Pastoral seja escola de conhecimento, oração e anúncio da Palavra. A primeira mudança de mentalidade necessária para que realmente sejamos capazes de passar da Pastoral Bíblica para a Animação Bíblica da Pastoral é a consciência de que as atividades a ela relacionadas não são finalidade, mas são caminho para uma efetiva conversão à Palavra. A Animação Bíblica da Pastoral não se fará a partir de organizações, estruturas, eventos ou atividades planejadas e programáticas, mas, sim, a partir da conversão pessoal dos diversos sujeitos eclesiais – uma conversão que traga a Palavra para o centro da espiritualidade pessoal, assuma a transformação a que ela convida e possibilite que ela irradie de si para os outros, por meio das palavras e dos gestos. Nesse sentido, a formação das lideranças torna-se tão imprescindível à ABP quanto a formação de catequistas tem sido à IVC. Afinal, será que todos os responsáveis pela Animação Bíblica da Pastoral estão conscientes da abrangência de uma animação bíblica? Aqueles que estão mais diretamente associados às atividades de Animação Bíblica da Pastoral têm a consciência de que tais atividades não são a finalidade, mas o caminho para algo maior? A experiência tem nos mostrado que o ativismo da vida contemporânea tem tido seus reflexos sobre a pastoral, produzindo a ilusão de que uma agenda cheia de atividades tem realizado nossos projetos e superado nossos desafios quando, na verdade, podem ser até contraproducentes. A multiplicação de formações sobre a Escritura, por exemplo, não é suficiente se não iniciar um processo de amadurecimento do discipulado a partir da Palavra.

Por isso, a Iniciação à Vida Cristã não se tornará um lugar obsoleto para a ABP, mas permanecerá sendo seu lugar por excelência, dado seu caráter de convite à conversão, amparado pelo acolhimento do Querigma e pelo progressivo mergulho no Mistério cristão. Mas ela poderá contribuir ainda mais se nos tornarmos capazes de configurar nossas comunidades a verdadeiras comunidades iniciáticas, que iniciem as crianças, jovens e adultos batizados, os catecúmenos que chegam à Igreja na idade adulta e aqueles outros que não estão nos itinerários catequéticos, mas de alguma forma não foram suficientemente iniciados à fé. A proposição do Querigma a todos esses destinatários e uma linguagem que convide e introduza ao Mistério são as grandes urgências – percebidas pela Teologia em sua reflexão sobre a práxis pastoral, mas também sentidas pelos indivíduos que não encontram sentido nas proposições do mundo contemporâneo e buscam respostas para as questões profundas que carregam consigo. Talvez a resposta à inquietação sobre o motivo que leva as pessoas a não se interessarem pela Escritura seja a forma acadêmica, objetiva, científica que predomina em nossos discursos – homilias e outros – sobre a Escritura, pouco ou nada permeados pela mística e pela ternura de Jesus Cristo.

Nestes anos subsequentes ao Sínodo da Sinodalidade – cujo processo de recepção deverá ser longo se a Igreja realmente estiver comprometida com o chamado à sinodalidade – será importante compreender que a promoção da ABP e a recuperação da sinodalidade como *modus vivendi et operandi* da Igreja caminharão entrelaçados em um único processo que tem por objetivo último uma conversão pastoral cristocêntrica. A conversão das relações segundo o modelo de Jesus Cristo, a corresponsabilidade pela missão eclesial fundada na vocação batismal, a harmonização dos diferentes dons a serviço da missão, o discernimento comunitário à luz do critério da Palavra e todos os caminhos que precisarão ser construídos para a promoção da sinodalidade serão, decerto, as novas respostas – contemporâneas, criativas, renovadas e proféticas – para a questão da centralidade da Palavra na vida e na pastoral hoje.

Referências

BARBOZA, Maria Aparecida. Pastoral Bíblica e Animação Bíblica da Pastoral no Brasil. In: COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A ANIMAÇÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA. *Animação Bíblica da Pastoral*. I Congresso de Animação Bíblica da Pastoral. Brasília: Edições CNBB, 2012. p. 177-208.

BATISTA, Edinaldo Medina; SILVANO, Zuleica. *50 anos (1971-2021) do Mês da Bíblia: memórias, desafios e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BENTO XVI. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini* do Santo Padre Bento XVI ao episcopado, ao clero às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. *A Santa Sé*, Cidade do Vaticano, 2010. Disponível em:

http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html. Acesso em: 30 out. 2023.

BOSELLI, Goffredo. *O sentido espiritual da liturgia*. Brasília: Edições CNBB, 2017.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. A sinodalidade na vida e na missão da Igreja. *A Santa Sé*, Cidade do Vaticano, 2017. Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html. Acesso em: 11 jan. 2026.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a sagrada Liturgia. *A Santa Sé*, Cidade do Vaticano, 1963. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html. Acesso em: 29 nov. 2023.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina. *A Santa Sé*, Cidade do Vaticano, 1965. Disponível em:

http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acesso em: 30 out. 2023.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. *A Santa Sé*, Cidade do Vaticano, 1964. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 29 nov. 2023.

CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja. *A Santa Sé*, Cidade do Vaticano, 1965. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html. Acesso em: 29 nov. 2023.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. “*E a Palavra habitou entre nós*” (Jo 1,14): Animação Bíblica da Pastoral a partir das Comunidades Eclesiais Missionárias. Brasília: Edições CNBB, 2022. (Documentos da CNBB, 111).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Catequese Renovada: orientações e conteúdo*. São Paulo: Paulinas, 1983. (Documentos da CNBB, 26).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*. Brasília: Edições CNBB, 2019. (Documentos da CNBB, 109).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Discípulos e servidores da Palavra de Deus na Missão da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2012. (Documentos da CNBB, 97).

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília; São Paulo: Edições CNBB; Paulinas; Paulus, 2007.

FRANCISCO. Discurso do Santo Padre Francisco: Comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos. *A Santa Sé*, Cidade do Vaticano, 17 out. 2015.

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Disponível em: Acesso em: 10 jan. 2026.

FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre Francisco ao episcopado, clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual. *A Santa Sé*, Cidade do Vaticano, 2013. Disponível em:

http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 30 mai. 2024.

PIO XII. Carta Encíclica *Divino Afflante Spiritu* aos veneráveis irmãos patriarcas, primazes, arcebispos e bispos e outros ordinários do lugar em paz e comunhão com a Sé Apostólica como a todo o clero e fiéis de Cristo do orbe católico: sobre os estudos bíblicos. *A Santa Sé*, Cidade do Vaticano, 1943. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_30091943_divino-afflante-spiritu.html. Acesso em: 4 mai. 2023.

PRADO, José Luiz Gonzaga. O fundamentalismo. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, v. 35, n. 140, p. 363-378, out./dez. 2018.

VENÂNCIO, Mariana Aparecida. *Rezar, anunciar e ensinar a Palavra: o serviço da Animação Bíblica da Pastoral em nossas comunidades*. Petrópolis: Vozes, 2025.

XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação e missão, Documento final. *Synod 2021-2024*, Cidade do Vaticano, 2024. Disponível em: https://www.synod.va/content/dam/synod/news/2024-10-26_final-document/POR---Documento-finale.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

Estudos Bíblicos



Distribuído sob Creative Commons
CC-BY 4.0
© 2025 aos autores.
Publicado e Distribuído por ABIB



Revista Oficial da ABIB –
Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica